



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

INGRID DOS SANTOS ROCHA

**PARA UMA ABORDAGEM SEMIÓTICA DOS
GÊNEROS DO DISCURSO**

FORTALEZA

2015

INGRID DOS SANTOS ROCHA

**PARA UMA ABORDAGEM SEMIÓTICA DOS
GÊNEROS DO DISCURSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, para obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração- Semiótica e Linguística geral.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite.

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R573p Rocha, Ingrid dos Santos.

Para uma abordagem semiótica dos gêneros do discurso / Ingrid dos Santos Rocha. –
2020.

53 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite.

1. Semiótica. 2. Narratividade. 3. Gêneros do discurso. I. Título.

CDD 410

INGRID DOS SANTOS ROCHA

PARA UMA ABORDAGEM SEMIÓTICA DOS GÊNEROS DO DISCURSO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Américo Bezerra Saraiva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jean Cristtus Portela
Universidade Estadual do Ceará (UNESP)

*À minha mãe, Francisca Rodrigues, meu maior
exemplo de amor, dedicação e coragem.*

AGRADECIMENTOS

De modo que o meu espírito ganhe um brilho definido, tempo, tempo, tempo, tempo, e eu espalhe os benefícios.

Eu poderia dizer que esta dissertação é fruto de um trabalho mútuo. No percurso da pesquisa e da escrita, muitas mãos me sustentaram e me acalentaram nos momentos difíceis. A todos que me incentivaram a prosseguir no meu caminho, os meus sinceros agradecimentos.

Agradeço a Deus por se fazer presente com sua iluminação. Aos meus pais, pela vida e pelo incentivo que sempre me deram com tanto afincamento para que eu pudesse estudar. Pelo incondicional amor materno e paterno, que são sinônimos de força e ânimo, e por acreditarem em mim. A eles, minha maior gratidão.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ricardo Lopes Leite, agradeço todo o apoio. Certamente, sua orientação e seus conselhos foram, para além dos estudos, ensinamentos que tocaram a minha vida por inteiro. Pelos diálogos, pelas leituras, pela paciência em me apontar os caminhos, por ajustar as arestas, sou sinceramente grata.

Ao Prof. Dr. José Américo Saraiva, por ter me apresentado à Semiótica, tendo sido meu primeiro professor na teoria. Agradeço, ainda, pelas valiosas contribuições neste trabalho.

Aos professores da Pós-Graduação, por todos os ensinamentos. Sobretudo, agradeço à Prof.^a Dra. Mônica Cavalcante, por ter sido tão solícita comigo e por ter se mostrado um ser humano tão incrível.

Aos companheiros do Grupo de Estudos Semióticos, pela cumplicidade nos estudos, pelas reflexões e pelas críticas.

Ao CNPQ, sou grata pela concessão da bolsa de estudos para a execução da pesquisa.

Aos membros da banca de defesa, José Américo Saraiva e Jean Cristtus Portela, pela disponibilidade de avaliação, pelas críticas e pelas contribuições.

Aos meus amigos, os melhores, agradeço muito pela lealdade e pelo amor sempre em prontidão. Pela companhia e pela compreensão, que foram

fundamentais durante a minha caminhada. Pelo colo amigo, pelo carinho, pelos conselhos, pelas risadas. Vocês são minha segunda família.

RESUMO

O presente trabalho suscita uma discussão em torno da noção de gênero do discurso segundo o viés da teoria semiótica de linha francesa. Nosso principal objetivo consiste em propor uma abordagem semiótica para os gêneros à luz do conceito de narratividade, tão caro à teoria em questão. Em um primeiro momento, discorreremos a respeito das definições gerais para os gêneros do discurso. Em seguida, apresentamos as propostas de tratamento para essa noção já lançadas em Semiótica, tais como as de Portela e Schwartzmann (2012), Gomes (2009) e Fontanille (1999). No terceiro momento de nosso trabalho, explicamos o conceito de narratividade, da sua concepção ao seu alcance analítico. Finalmente, ao conjuntarmos gêneros do discurso e narratividade, desenvolvemos uma análise que visa desvendar as macroestruturas narrativas dos gêneros, isto é, o seu funcionamento interno.

PALAVRAS-CHAVES: Semiótica; Narratividade; Gêneros do discurso

RESUME

Cette recherche parle sur la notion de genre du discours selon la perspective de la théorie sémiotique française. Notre objectif principal est proposer une approche sémiotique pour les genres du discours à la lumière du concept de narrativité, si cher à la théorie sémiotique. D'abord, nous avons présenté les définitions générales pour les genres du discours. Ensuite, nous avons exposé les propositions pour le traitement du genre déjà proposées dans le domaine de la sémiotique, tel que celles de Portela et Schwartzmann (2012), de Gomes (2009) et de Fontanille (1999). Troisièmement, nous avons abordé le concept de narrativité, de son élaboration à sa pertinence analytique. Finalement, à partir du rapport entre les genres du discours et de la narrativité, nous avons développé une analyse dont l'objectif est celui de dévoiler les macrostructures narratives des genres, c'est-à-dire, son fonctionnement interne.

Mots-clés: Sémiotique. Narrativité. Genres du discours.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Anúncio do ministério da saúde de combate ao fumo

Figura 2 – anúncio 2 – venda de cosmético

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Critérios definidores dos tipos textuais

Quadro 2 – As modalidades da enunciação

Quadro 3 – Os atos típicos de linguagem

Quadro 4 – Critérios definidores dos tipos discursivos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OS GÊNEROS DO DISCURSO.....	14
3 O PONTO DE VISTA SEMIÓTICO A RESPEITO DO GÊNERO	18
3.1 Postura geral	18
3.1 A proposta fontanilliana.....	23
3.2 A nossa proposta para os gêneros do discurso.....	27
4 DA NARRATIVA À NARRATIVIDADE.....	28
4.1 A semiótica narrativa de Greimas	28
4.2 A narratividade aplicada aos gêneros do discurso	38
CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS	50
ANEXOS	52

1 INTRODUÇÃO

A Semiótica Discursiva não propôs, em um primeiro momento, tratamento à noção de gênero. Esse afastamento inicial deveu-se, principalmente, à incompatibilidade entre o método semiótico, pautado na imanência, e o método adotado pela teoria dos gêneros, embasado em critérios de caráter socioletal.

Somente em meados da década de noventa, delineou-se, em semiótica, uma abordagem mais sistemática para os gêneros, proposta por Jacques Fontanille, em sua obra *Sémiotique et Littérature* (1999). O autor, fiel à racionalidade semiótica, desenvolveu uma abordagem estrutural para os gêneros literários a fim de evidenciar seus elementos generalizáveis. Posteriormente, outros trabalhos indicaram caminhos possíveis para o tratamento dos gêneros, tal como o desenvolvido por Portela e Schwartzmann (2013) sob o viés do percurso gerativo da expressão.

Diante das possibilidades lançadas em semiótica para o estudo dos gêneros do discurso, questionamo-nos se não devíamos, como tarefa primeira, tratá-los no nível mesmo do texto-enunciado, a fim de tornar evidente as duas invariantes de sentido, que os estruturam e asseguram sua coerência interna. Para alcançarmos esse objetivo, buscamos no arcabouço da semiótica tradicional um viés que nos direcionasse nessa tarefa de semiotizar o funcionamento dos gêneros, sem que para isso transgredíssemos os limites da imanência textual. Greimas indicou-nos o caminho, que apontou para a narratividade. Esse conceito, sobre o qual se funda todo o pensamento semiótico, mostrou-se a melhor escolha para a nossa pesquisa, pois, pela sua perspectiva, podemos demonstrar que o contexto de produção e a comunicação efetiva entre os sujeitos estão inscritas nos próprios gêneros. Isso implica dizer que é possível descrevê-los segundo a pertinência semiótica.

Nosso trabalho subdividiu-se em três capítulos. Primeiramente, discorreremos sobre as definições gerais para os gêneros, como aquelas concebidas por Aristóteles e Bakhtin. Em seguida, falamos a respeito dos trabalhos desenvolvidos em semiótica acerca dos gêneros, tal qual a proposta fontaniliana. Em um terceiro momento, cercamos o conceito de narratividade desde a sua origem, que remonta aos estudos sobre narrativa. Por fim,

conjuntamos a narratividade e os gêneros do discurso, em uma análise que visou primordialmente legitimar a eficácia dessa união.

Em nossa análise, adotamos os elementos da sintaxe narrativa, que se organiza sob a forma de um esquema canônico, englobante de quatro fases que simulam o agir transformador do homem no mundo. Esse método analítico, já amplamente utilizado pelos semioticistas nos tipos mais diversos de textos, comprova o seu êxito no trato dos objetos significantes. E com os gêneros, confiamos que não poderia ser diferente.

Portanto, tomando como ponto de partida o conceito de narratividade, designado em semiótica como o princípio organizador de qualquer discurso, desenvolvemos um projeto de narrativização dos gêneros do discurso, que implica uma descrição de sua organização imanente.

2 OS GÊNEROS DO DISCURSO

“Se os gêneros do discurso não existissem e nós não o dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente e pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível”
(Mikhail Bakhtin)

Os primeiros estudos acerca dos gêneros remontam à antiguidade clássica, mais precisamente, à Grécia do século IV antes de Cristo, com Aristóteles (2007) e a sua divisão da oratória e da poética em gêneros diversos. Os gêneros retóricos foram classificados em deliberativo, judiciário e epidíctico; os poéticos, em lírica, épica, tragédia e comédia. De caráter normativo, a classificação aristotélica concebia os gêneros como tipos de texto com traços comuns e propriedades formais imutáveis (FIORIN, 2008, p.60).

O domínio da retórica dava conta da investigação dos procedimentos linguageiros adotados por um orador a fim de persuadir a sua plateia. Para realizar tal tarefa, esse orador adaptava ao seu ouvinte as variadas formas de expressão, isto é, os gêneros, fosse com a finalidade de aconselhar, acusar ou defender. O gênero deliberativo, predominante em assembleias, era utilizado pelo orador com o intuito de aconselhar ou desaconselhar. Nesse caso, a argumentação fundamentava-se em valores como o útil e o nocivo. Já o gênero judiciário, empregado para acusar ou defender, embasava-se nos princípios de justiça e injustiça. O entimema, silogismo com uma só premissa, era a principal técnica utilizada pelo orador nesse modo de persuadir. Por fim, o gênero das festas públicas, denominado epidíctico, cuja argumentação fundava-se em técnicas de narração e amplificação a partir do que era considerado belo e feio. A poética aristotélica, concebida como a arte da imitação, tinha por finalidade produzir um discurso do possível, que pela palavra, reproduzia as características humanas. O critério adotado para a divisão dos gêneros poéticos pautava-se na voz predominante em cada tipo textual. Assim, no gênero lírico,

apenas o poeta fala, enquanto que no épico, tanto o poeta quanto as personagens têm direito à voz no texto. No gênero dramático, que se subdivide em tragédia e comédia, apenas as vozes das personagens prevalecem.

As concepções de Aristóteles nortearam durante muito tempo os estudos sobre os gêneros. Somente no século XIX, com o surgimento de novos tipos textuais que escapavam ao domínio da Literatura, as discussões em torno da noção de gênero ganharam força em outras áreas, tais como aquelas que tinham por enfoque as questões sobre linguagem e cultura.

O primeiro autor a esboçar uma teoria dos gêneros voltada para as manifestações diversas da linguagem verbal foi o estudioso russo Mikhail Bakhtin (2003). Ao contrário dos seus predecessores, que se debruçavam sobre as propriedades formais dos textos, Bakhtin preferiu entender o modo de constituição dos gêneros, tomando-o mais como um processo do que como um produto.

A concepção bakhtiniana parte da premissa de que a utilização da linguagem não está desvinculada das atividades humanas, por isso, deve-se considerar a função de um enunciado em seu processo interativo. Segundo Bakhtin, a interação entre os seres humanos acontece em espaços, denominados esferas de atividades (tais como o trabalho, a casa, a escola, a igreja, entre outras), que agem diretamente na produção dos enunciados, conforme as suas condições e finalidades específicas.

Sob essa égide, Bakhtin concebe os gêneros do discurso, como “tipos de enunciados relativamente estáveis, caracterizados por um conteúdo temático, uma construção composicional e um estilo” (BAKHTIN, 2008, p.61). Cada uma dessas partes que constituem o gênero está recoberta por uma função. Tratemos primeiramente do conteúdo temático. Ao lermos uma receita culinária, sabemos que a temática ali veiculada trata da produção de algum prato, assim como uma ata descreve o andamento de uma reunião e o anúncio publicitário veicula a venda um produto. Dessa forma, cada gênero possui um conteúdo temático. Este conteúdo não se ocupa dos assuntos específicos de cada texto, mas sim, do sentido global que constrói o gênero. Assim, independente dos ingredientes utilizados em uma receita, sabemos que ao segui-la produziremos alguma comida; uma publicidade pode anunciar desde um automóvel até uma peça de

vestimenta, mas sabemos que ela venderá algo, seja um produto, um serviço, ou mesmo, uma ideia.

A construção composicional trata do modo de organização de um texto, de como ele deve ser estruturado. Em uma ata, por exemplo, especifica-se a data da reunião, o assunto abordado e as assinaturas de todos os participantes. Ao produzir uma ata, portanto, o indivíduo deve obedecer a regras de composição pré-determinadas pela estrutura do gênero em questão.

O estilo, último componente dessa tríade, nada mais é do que “uma seleção de certos meios lexicais, fraseológicos e gramaticais em função da imagem do interlocutor e de como se presume sua compreensão responsiva ativa do enunciado” (FIORIN, 2008, p. 62). Em uma notícia de jornal, por exemplo, prioriza-se a objetividade e a neutralidade do interlocutor, com uma linguagem clara e objetiva, já que o mais importante é o fato veiculado e não aquele que o veicula. Já em uma carta de amor, dá-se importância ao sujeito que a escreve, causando assim um efeito de subjetividade, com uma linguagem mais informal e afetiva.

Bakhtin ainda tratou da historicidade dos gêneros, considerando-os em contínua mudança. A proposta bakhtiniana opunha-se ao caráter fixo e imutável dos gêneros defendido pela concepção aristotélica, defendendo que há uma imprecisão nas fronteiras e características desses “tipos de enunciados relativamente estáveis”. O gênero é estável na medida em que reconhecemos os elementos em comum que o integram a um conjunto, permitindo que os reconheçamos como um determinado tipo, mas ao mesmo tempo, percebamos a sua instabilidade, já que as suas propriedades estão sujeitas a constantes transformações.

Desse modo, os gêneros são reconhecidos apenas na relação que exercem entre formas e atividades. Eles não estão isolados em uma única esfera de atividade, mas definem-se quando se relacionam com outras esferas e com outros gêneros. São eles os responsáveis pela conceptualização da realidade para que possamos apreendê-la.

A concepção bakhtiniana propiciou às inúmeras disciplinas do discurso a definição e os parâmetros de análise sobre os gêneros discursivos. A linguística textual, o Interacionismo sociodiscursivo, algumas vertentes da Análise do

Discurso francesa e até a Didática, que se ocupa do ensino e aprendizagem, lançam mão da noção de gênero proposta pelo filósofo russo.

As pesquisas atuais acerca dos gêneros buscam compreendê-los em sua constituição e funcionamento na sociedade, a fim de evidenciar o seu papel regulador e orientador, que possibilita e significa as diversas situações de interação. As vertentes linguísticas que se ocupam dessa questão seguem duas linhas principais de investigação: a primeira prioriza a descrição e interpretação dos gêneros em esferas sociais específicas, além da análise do papel mediador dos gêneros no entrecruzamento dos discursos em situações de interação; a segunda, busca reorientar o professor quanto às práticas de ensino aprendizagem frente à perspectiva dos gêneros do discurso, como é instituído nos PCN para o ensino de língua portuguesa (PEREIRA; RODRIGUES, 2009, p. 3).

De uma forma geral, portanto, as atuais disciplinas linguísticas enfocam a relação entre linguagem e sociedade mediada pelos gêneros do discurso, como assim propunha Bakhtin. As pesquisas desenvolvidas nessa linha enfatizam o papel normatizador dos gêneros nas práticas sociais e situações de interação. Evidentemente, cada vertente linguística analisa o gênero segundo suas opções teóricas e metodológicas particulares. A abordagem interacionista-sociodiscursiva, por exemplo, procura descrever o funcionamento dos gêneros segundo suas características enunciativas e discursivas a fim de elaborar projetos de ensino aprendizagem aplicáveis ao contexto de sala de aula. Já a abordagem linguístico-textual, prioriza a descrição da organização textual e dos parâmetros de textualização dos gêneros.

Em meio à acentuação dos estudos sobre os gêneros, teóricos da Semiótica Discursiva preferiram renunciar à noção de gênero, ao considerá-la um conceito não pertinente nessa teoria. Entendamos o porquê dessa rejeição no próximo tópico a ser discutido.

3 O PONTO DE VISTA SEMIÓTICO A RESPEITO DO GÊNERO

3.1 Postura geral

A posição da Semiótica Discursiva em relação aos gêneros do discurso é polêmica e controversa. Inicialmente, houve um distanciamento entre conceito e teoria. Após um longo período sem a retomada do assunto, trabalhos em semiótica reassumiram a discussão sobre os gêneros e propuseram possíveis caminhos para uma abordagem do conceito dentro dos limites da teoria. Para uma melhor compreensão dessa relação conturbada, é preciso que tracemos uma linha do tempo a fim de explicar como se deu esse afastamento inicial, e de que forma se delineou uma reaproximação entre a teoria greimasiana e a noção de gênero.

A semiótica de linha francesa firmou-se em Linguística como uma teoria da significação, que busca desvendar como se dá a construção e a interpretação do(s) sentido(s) manifestado(s) nos textos. De cunho generalista e, ao mesmo tempo, particularizante, a pesquisa semiótica parte da observação da rede de relações dos signos com o intuito de ressaltar as estruturas generalizáveis presentes nos textos, isto é, analisa o particular a fim de chegar ao universal.

Filiada ao pensamento saussuriano, a teoria semiótica é adepta ao princípio de imanência, cujo método exclui a recorrência a qualquer fato extralinguístico para explicar os fenômenos linguísticos. Segundo Leite (2013), a recusa da Semiótica ao caráter ontologizante dos objetos, reafirma a sua tomada de posição, que institui a existência semiótica, e não a existência real, como o domínio de seus estudos. Os semioticistas, portanto, analisam o(s) sentido(s) transposto(s) nos textos e não o sentido “real”.

Por conta dessa postura, a noção de gênero, estudada enquanto um fenômeno de natureza socioletal, foi inicialmente posta à parte pelos semioticistas. Greimas, o primeiro a discutir sobre essa problemática, criticou, em seu prefácio a Maupassant (1993), a classificação dos textos literários segundo critérios previamente construídos histórico e culturalmente. Segundo o teórico lituano, compreender o texto por meio da organização pré-determinada

de um movimento literário, como previa a teoria dos gêneros, implicaria na ideia de que os gêneros precedem toda manifestação textual, logo, não seria pertinente estudar uma categoria concebida fora do texto. Greimas e Courtés reiteram esse posicionamento no verbete do Dicionário de Semiótica:

O gênero designa uma classe de discurso, reconhecível graças a critérios de natureza socioletal. Estes podem provir quer de uma classificação implícita que repousa, nas sociedades de tradição oral, sobre a categorização particular do mundo, quer de uma “teoria dos gêneros” que, para muitas sociedades, se apresenta sob a forma de uma taxionomia explícita, de caráter não científico. Dependente de um relativismo cultural evidente e fundada em postulados ideológicos implícitos, tal teoria nada tem de comum com a tipologia dos discursos que procura constituir-se a partir do reconhecimento de suas propriedades formais específicas. O estudo da teoria dos gêneros, característico de uma cultura (ou de uma área cultural) dada, não tem interesse senão na medida em que pode evidenciar a axiologia subjacente à classificação (2013, p.228)

A definição do Dicionário nos apresenta dois modos distintos de categorizar o mundo: no caso da Teoria dos gêneros, dá-se ênfase às formas particulares de concepção do mundo, segundo critérios específicos de cada sociedade, condizentes com seus valores ideológicos próprios. Já a semiótica, adepta a uma tipologia dos discursos, assume uma postura mais generalista, com o intuito de reconhecer as propriedades formais dos discursos, que são invariáveis e independem das ideologias particulares adotadas por cada sociedade. Por esse ponto de vista, não seria coerente para uma teoria que pretende ser geral e imanente, tal como a semiótica, adotar em sua pesquisa um conceito definido segundo critérios não científicos e dependentes de um relativismo cultural.

Greimas e Courtés, ainda no Dicionário, distinguiram os dois eixos percorridos pela Teoria dos gêneros no contexto cultural europeu. Na teoria da Idade Média, denominada de “clássica”, os gêneros recebiam uma classificação pautada na “forma” e no “conteúdo” de certas classes de discursos literários, definidos segundo critérios não científicos. É o caso dos gêneros classificados em comédia e tragédia, por exemplo. Já na teoria da época moderna,

denominada de “pós-clássica”, a classificação dos gêneros estava fundamentada sobre uma certa concepção de “realidade”, que apontava para um referente externo ao texto e condicionava os encadeamentos narrativos segundo uma norma subjacente, tal como nas definições dos gêneros realista, surrealista, fantástico e maravilhoso.

As duas teorias, semiótica e dos gêneros, possuem explicitamente maneiras distintas de tratar o texto. Com o objetivo de criar taxionomias dentro das quais se encaixariam os textos de cunho literário, a teoria dos gêneros fazia um movimento de fora para dentro do texto, ou seja, o referente textual era criado externamente a ele, conforme as ideologias e normas instituídas em um determinado contexto social, particular e relativo em relação a outros contextos. A teoria semiótica, numa direção oposta, concebia que o texto construía seu próprio referente, ou seja, tudo o que se pode falar a respeito de um texto está inscrito nele. Nesse sentido, realiza-se um movimento de dentro para fora do texto, condizente com o projeto imanentista defendido pela semiótica. Nas palavras de Greimas e Courtés:

(...) o mundo extralinguístico, o mundo do “sendo comum”, é enformado pelo homem e instituído por ele em significação, e que tal mundo, longe de ser o referente (isto é, o significado denotativo das línguas naturais), é, pelo contrário, ele próprio uma linguagem biplana, uma semiótica natural (ou semiótica do mundo natural). O problema do referente nada mais é então do que uma questão de cooperação entre duas semióticas (línguas naturais e semióticas naturais, semiótica pictural e semiótica natural, por exemplo), um problema de intersemiotividade (...). (2013, p.415).

Ainda sobre essa questão do referente, os mesmos teóricos complementam:

Essa tomada de posição permite situar a questão do referente dos discursos literários que se procura muitas vezes definir pela ausência de referente ou pela correspondência com um referente fictício ou imaginário, dado que é a ficção que especifica esse gênero de texto. Por um lado, a impossibilidade de definir o discurso “real” (cujos signos corresponderiam aos objetos do mundo) exclui a definição do discurso de ficção, já que esses dois tipos de discurso não podem ser

caracterizados a não ser pela veridicção, que é uma propriedade intrínseca do dizer e do dito. Por outro lado, todo discurso (não apenas o literário, mas também o discurso jurídico ou científico, por exemplo) constrói seu próprio referente interno e se oferece assim um nível discursivo referencial que serve de suporte para outros níveis discursivos que desenvolve (2013, p.415).

A referência interna construída pelo próprio texto nos remete a um outro conceito caro à teoria semiótica, o de veridicção, que diz respeito à “verdade” do texto. Essa verdade, para a semiótica, é um simulacro, um efeito de sentido, cuja função é o parecer-verdadeiro, portanto, pouco importa se a verdade do texto corresponda à “verdade do mundo”, o objetivo final do destinatador é que o destinatário tome o seu discurso como verdadeiro.

Num caminho inverso ao da semiótica, a teoria dos gêneros adota o conceito de verossimilhança, que busca uma correspondência entre o que é dito no texto e o que é dito e aceito como verdade no mundo. A verossimilhança está ligada a uma visão do senso comum, construída culturalmente por uma determinada sociedade. É, portanto, uma visão relativa, variável entre épocas e culturas diferentes, cuja função é o dizer-verdadeiro.

A adoção de critérios particulares e não científicos por parte da tradição literária, principal domínio de estudo dos gêneros durante muito tempo, inibiu o interesse da semiótica por essa noção. Parecia pouco pertinente tratar de uma categoria instável, relativa e definível segundo critérios incongruentes com a conduta semiótica. Assim, devido à aparente incompatibilidade entre teoria e conceito, a semiótica eximiu-se da tarefa de abordar os gêneros do discurso.

Em meados dos anos noventa, duas décadas após as primeiras considerações de Greimas, Fontanille dedica um capítulo de seu livro *Sémiotique et Littérature* (1999) aos gêneros de natureza literária. Nele, o autor retoma a discussão sobre a labilidade dos gêneros, que sofrem, desde Aristóteles, com diversas mudanças em sua classificação. Fontanille afirma que essa instabilidade se deve à evolução dos próprios princípios adotados na classificação dos gêneros, que variam entre as épocas e as culturas. Na retórica clássica, por exemplo, definia-se os gêneros segundo suas modalidades argumentativas e situação comunicativa de utilização. Já na tradição literária, a definição dos gêneros partia de um conjunto de convenções responsáveis pela

delimitação de sua forma, comprimento, referente, modalidades de representação, temáticas, figuras e registros de língua autorizadas. Essa imprecisão classificatória não impediu que Fontanille postulasse um método consistente de análise dos gêneros, apesar de seu enfoque no domínio literário. Com a sua proposta, o autor demonstrou que era possível, segundo o aparato semiótico, tratar dos gêneros de forma mais sistemática.

O método fontanilliano concebia o gênero como um objeto semiótico resultante da reunião entre um tipo textual e um tipo discursivo. O plano da expressão e sua coesão caracterizam os tipos textuais. O plano do conteúdo e sua coerência, por sua vez, caracterizam os tipos discursivos. Da congruência entre coesão, referente à organização textual, e coerência, pautado em um sistema de valores estabelecido no próprio discurso, constituem-se os gêneros. Descreveremos essa abordagem de forma mais detalhada ainda nesta sessão.

Dado o primeiro passo para o tratamento semiótico dos gêneros, novos trabalhos sobre o assunto foram desenvolvidos nos anos que se seguiram. Portela e Schwartzmann (2012) propuseram, em seu trabalho, a união entre duas abordagens fontanillianas, esta que acabamos de citar e o percurso gerativo da expressão, método cujo objetivo é descrever a experiência semiótica em seis níveis de pertinência distintos. Outra frente de pesquisa sobre os gêneros promove o diálogo entre os postulados bakhtinianos e o método analítico semiótico. Autoras como Gomes (2009), Lara (2010; 2014) e Teixeira (2012) adotam essa postura. Fiorin (2008; 2013) é outro semioticista que, mesmo sem desenvolver um trabalho específico sobre os gêneros do discurso, menciona-os em algumas de suas produções. Quando remete ao assunto, o autor retoma Bakhtin e outros conceitos caros à Semiótica. Gomes (2009), além de dialogar com o pensamento bakhtiniano, sugere o tratamento dos gêneros do discurso pelo viés da práxis enunciativa e dos regimes de interação subjetiva empreendidos por Landowski (2014).

Ressaltamos a importância desses trabalhos para o estabelecimento de uma discussão mais concisa em semiótica sobre os gêneros do discurso, conceito que, por muito tempo, como demonstramos ao longo deste capítulo, foi posto à parte nas pesquisas desenvolvidas pelo semioticistas. Entendamos, pois, mais detalhadamente, essas abordagens já propostas.

3.1 A proposta fontanilliana

Jacques Fontanille (1999), em sua proposta de abordagem para os gêneros literários, rediscutiu as noções de texto e discurso, já que, segundo a sua concepção, o gênero seria a congruência entre propriedades textuais e discursivas. Texto e discurso aqui são tratados como derivados de um mesmo processo significante. O discurso define-se como “o ato e o produto, ao mesmo tempo, de uma enunciação particular e concretamente realizada” (FONTANILLE, 1999, p.16), o texto, por sua vez, dá a materialidade necessária à expressão da significação de um dado discurso. Da união de um tipo de texto e de um tipo de discurso, surgem “formas estereotipadas ou prototípicas” de gênero (PORTELA; SCHWARTZMANN; 2012, p.75).

A proposta fontanilliana é fundada em três conceitos: coesão, coerência e congruência. A negociação entre tipos discursivos e tipos textuais é possibilitada por meio dessas três dimensões que, reunidas, resultam em um determinado gênero. A coesão trata da organização textual, enquanto a coerência aponta para a intencionalidade do discurso. Já a congruência é um vestígio da enunciação, instância responsável pela reunião de tipos textuais e tipos discursivos.

Como bom semiótico que busca ressaltar o caráter generalizável dos textos, Fontanille criou um conjunto de traços comuns para caracterizar os gêneros literários diversos. Para tanto, definiu os tipos textuais através dos critérios longo/breve – que apontam para o *tempo* interno da enunciação, relativo à duração da história – e aberto/fechado – que indicam a relação entre unidade de leitura e unidade de edição. Combinados, esses critérios criam quatro diferentes propriedades para os tipos textuais, representadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Critérios definidores dos tipos textuais

	Longo	Breve
Aberto	Recursividade	Fragmentação
Fechado	Desdobramento	Concentração

Fonte: Fontanille (1999).

A recursividade engloba os gêneros como a telenovela, o romance em diversos volumes e as histórias em quadrinhos sequenciadas. Nesse caso, os tipos textuais permitem a retomada e o encaixe de novas estruturas textuais. A fragmentação é a propriedade presente em gêneros do tipo carta, diário e memória, permitindo uma única via de leitura sob o ponto de vista de um só enunciador. O desdobramento caracteriza-se por permitir a expansão textual, mas sob o controle de um sentido global que “fecha” o texto. É o caso da peça teatral, do filme e do romance policial. Por fim, a concentração, representada por gêneros como a piada, o soneto e a máxima, expõe o máximo de sua significação em um espaço textual encurtado.

Enquanto as propriedades dos tipos textuais dão conta do plano da expressão dos gêneros, as propriedades dos tipos discursivos, que apresentaremos a seguir, referem-se ao plano do conteúdo dos gêneros. Levando em conta as modalidades da enunciação, de um lado, e as axiologias e formas de avaliação do discurso de outro, Fontanille define, por meio desses critérios, os tipos discursivos possíveis. O primeiro critério, das modalidades da enunciação, é representado no seguinte quadro:

Quadro 2 – As modalidades da enunciação

	<i>Crenças</i>	<i>Motivações</i>	<i>Atitudes</i>	<i>Efetuações</i>
2 <i>actantes</i>	Assumir	Querer	Saber	Ser
2 <i>actantes</i>	Aderir	Dever	Poder	Fazer

Fonte: Fontanille (1999).

Cada grupo de duas modalidades definem um ato típico de linguagem:

Quadro 3 – Os atos típicos de linguagem

<i>Assumir e aderir</i>	<i>Querer e dever</i>	<i>Saber e poder</i>	<i>Ser e fazer</i>
Persuadir	Incitar	Habilitar	Realizar

Fonte: Fontanille (1999). Tradução nossa.

Desses atos de linguagem, caracterizam-se quatro tipos de discurso: o persuasivo, o incitativo, de habilitação e de realização. De acordo com a modalidade dominante em cada tipo discursivo, definem-se subtipos de discurso. No caso do discurso incitativo, por exemplo, o dever designa os discursos prescritivos; já no caso do discurso de habilitação, o saber caracteriza os discursos de aprendizagem.

O segundo critério adotado por Fontanille para qualificar os tipos discursivos considera, ao mesmo tempo, a intensidade de adesão dos sujeitos e a extensão ou o número de manifestações concretas desses sujeitos no discurso. Ao cruzar essas duas dimensões, delinea-se uma segunda tipologia para os tipos discursivos:

Quadro 4 – Critérios definidores dos tipos discursivos

		Intensidade de adesão	
		<i>Forte</i>	<i>Fraco</i>
Extensão e quantidade	<i>Restrito</i>	Valores exclusivos	Valores discretos
	<i>Importante</i>	Valores participativos	Valores difusos

Fonte: Fontanille (1999). Tradução nossa.

Cada grupo de valores apontará para um tipo de discurso. Os valores exclusivos definem os discursos que valorizam e reforçam uma única temática, como fazem os discursos moralista e militante. Os valores participativos englobam todos os valores em todos os compartimentos do discurso; sua extensão, ao invés de impedir, reforça a adesão dos sujeitos. O discurso romanescos em geral define bem esse tipo. Os valores discretos, por sua vez, caracterizam os discursos fracamente assumidos, que apontam em direção aos valores nulos, pouco correntes. Os gêneros humorísticos, de uma forma geral, são bons exemplos de divulgação desses valores. Por fim, os valores difusos, também possuem uma fraca adesão, propagando um discurso mais “realista” e desprendido. Fontanille aponta os ensaios romanescos contemporâneos como exemplos desse tipo de discurso.

Ao diferenciar os tipos textuais e discursivos, Fontanille consegue resolver um problema de ambiguidade entre os tipos de gênero e o discurso que os engloba. É o caso da confusão entre os termos “romance” e “romanescos”, “tragédia” e “trágico”, “epopeia” e “épico”. Segundo Fontanille, o substantivo denomina um gênero, que associa propriedades textuais e discursivas. Por outro lado, o adjetivo refere-se a um tipo discursivo que independe do tipo textual pelo qual se manifesta. É por isso, que se pode falar da dimensão trágica de um poema e da dimensão épica de um romance.

Dessa forma, ao definir o gênero como a união de propriedades textuais e discursivas, Fontanille delineou a primeira abordagem mais sistemática para essa noção em semiótica.

3.2 A nossa proposta para os gêneros do discurso

Com exceção do trabalho desenvolvido por Fontanille, as outras pesquisas em semiótica acerca dos gêneros não receberam aprofundamento analítico, permanecendo somente como possíveis propostas a serem seguidas pelos semioticistas interessados em abordar essa noção. Com isso, não intencionamos reduzir a importância desses trabalhos, eles são relevantes na medida em que servem como ponto de partida para futuros trabalhos acerca dos gêneros pelo viés semiótico. cremos, inclusive, que foi essa a intenção dos autores dos trabalhos, lançar possibilidades de abordagem.

Contudo, mesmo com várias direções já delineadas para uma abordagem semiótica dos gêneros, optamos pela adoção de um conceito pouco assumido atualmente em trabalhos na área, o conceito de narratividade. A nossa escolha foi inspirada por Greimas (2014), que sugeriu a elaboração de uma teoria geral dos gêneros segundo essa perspectiva. cremos que pela ótica da narratividade podemos, ao mesmo tempo, abordar os gêneros em seu funcionamento e manter-nos fiéis ao princípio de imanência, central na teoria greimasiana. Na seção a seguir, explicaremos do que se trata esse conceito.

4 DA NARRATIVA À NARRATIVIDADE

(...) a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há, nunca houve em lugar nenhum povo algum sem narrativa; (...) a narrativa está sempre presente, como a vida.

Roland Barthes

4.1 A semiótica narrativa de Greimas

A Semiótica Discursiva despontou em Linguística como uma disciplina interessada pelas questões em torno da significação, assunto que, por muito tempo, foi deixado de lado pelos estudiosos da linguagem. Em sua obra *Semântica Estrutural* (1973), Greimas esclarece-nos quanto à essa lacuna deixada no âmbito dos estudos linguísticos quando apontou suas principais causas: o retardamento histórico dos estudos semânticos, as dificuldades de delimitação de seu objeto, bem como a onda do formalismo behaviorista, que, por distinguir forma de conteúdo, acabou por relegar o sentido a um plano secundário.

Na falta de uma disciplina científica adequada para tratar da significação, questão central no domínio das ciências humanas, Greimas elaborou uma semântica linguística interessada na análise da significação tal como é fornecida pelo código da língua (Fiorin, 1999), isto é, uma análise imanente. Essa semântica deveria reunir três características essenciais. Ela deveria ser geral, na medida em que qualquer texto, independentemente de sua natureza (verbal, pictural, musical, etc.), poderia ser tratado segundo a sua ótica. Sintagmática, pelo seu objetivo primeiro em estudar a produção e a interpretação dos textos, que por sinal, constituem a totalidade da teoria, o meio pelo qual se acessa a significação. E, por fim, gerativa, porque ela concebia a significação construída de forma crescente, em um percurso gerativo, constituído de níveis interdependentes e complementares, que vão do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, e que nos permite compreender como está

fundamentada a significação aparente, aquela com a qual empreendemos um primeiro contato via texto-enunciado.

Assim, desenvolveu-se uma teoria da significação que, com o passar dos anos, ultrapassou os limites de uma semântica estritamente verbal, ao considerar a veiculação de sentidos por diferentes suportes, analisáveis segundo um modelo geral criado justamente com a função de evidenciar a construção e a interpretação desses sentidos. O foco do semioticista nas camadas subpostas à aparência textual, permitiu-lhe desvendar as leis gerais de engendramento dos sentidos, o que conferiu à Semiótica a possibilidade de sistematizar e cientificizar o estudo da significação.

Em consonância com a postura saussuriana e hjelmsleviana acerca da imanência, que define a forma como objeto da linguística, em detrimento do que é extralinguístico e nocivo à homogeneidade da descrição, a semiótica priorizou o plano do conteúdo dos textos, que é, por sua vez, descrito sob a forma de um percurso gerativo. E por que chamá-lo de gerativo? Há pouco, citamos as três condições prévias para o desenvolvimento de uma nova semântica, dentre as quais, ser gerativa, que implica na concepção do sentido como um constructo edificado progressivamente em diferentes níveis, articulados uns com os outros em um percurso. Esse simulacro metodológico da geração do sentido nos textos, inserido no quadro da economia geral da teoria semiótica, possibilita ao semioticista um maior rigor em sua análise, deixando-o seguro para demonstrar que o que é dito na superfície textual também o é em um nível mais profundo, e é essa coerência interna, imanente, que nos assegura a compreensão dos mais diversos textos, apesar das suas especificidades. Obviamente, a Semiótica não desconsidera o plano da expressão e seria incoerente se o fizesse, afinal, um conteúdo só existe quando manifesto por uma expressão, e uma expressão só tem sentido quando assegurada por um conteúdo. Portanto, essa divisão entre plano da expressão e plano do conteúdo é apenas metodológica, uma forma de demonstrar que um mesmo conteúdo pode manifestar-se por diferentes planos de expressão.

Dentro do percurso gerativo do sentido, distinguem-se três níveis autônomos e interdependentes, responsáveis pela articulação da significação e por uma construção metasemiótica que busca explicar como se constrói/constroem e se apreende(m) o(s) sentido(s) manifestados nos textos.

Esses níveis comportam as estruturas sêmio narrativas, subdivididas em profundas e superficiais, e as estruturas discursivas. Cada um desses níveis – fundamental, narrativo e discursivo – compreende dois componentes, um sintático e um semântico. Nas estruturas fundamentais, a significação emerge como uma oposição semântica mínima, que, no nível seguinte, o das estruturas narrativas, organiza-se como uma narrativa sob o ponto de vista de um sujeito (não-ontológico). O nível mais concreto é o discursivo, nas quais a narrativa, construída no patamar anterior, é assumida por um sujeito da enunciação, que, por sua vez, a actorializa, temporaliza e espacializa. O percurso gerativo simula, portanto, a construção do(s) sentido(s) dos textos, e nos mostra que a significação se arranja de forma progressiva e articulada. A cada nível, a significação se reveste de formas mais concretas e complexas, prontas a serem postas em discurso e manifestadas em textos. É como se as estruturas sêmio narrativas constituíssem o esqueleto textual, ou seja, a sua base, imanente e profunda. Essa base é semelhante em todos os textos. No entanto, esse esqueleto precisa ser revestido de tecidos, músculos, veias, pele, que lhe dá forma e o torna um conjunto completo, significante. São as estruturas discursivas, as responsáveis por esse revestimento. Com sua base pronta, bem revestida, os textos podem se manifestar em diferentes tipos, formatos, línguas, e, dessa forma, adquirem singularidade. Ora, a teoria semiótica pretende justamente demonstrar que, apesar das suas particularidades, os textos realizam um percurso semelhante para produzir sentido. O percurso gerativo nos auxilia na compreensão dessa produção e nos atesta que o que é dito superficialmente, também é dito em imanência, e é isso que nos garante apreender o(s) sentido(s).

Se a semiótica conseguiu instituir-se como uma teoria coerente, com um método de análise eficiente, não foi apenas pela competência de seus idealizadores, tal como Greimas, mas também porque, de forma precedente, outros estudos em torno da organização imanente dos objetos significantes já haviam realizado constatações importantes que acabaram por fertilizar o terreno que possibilitou o seu surgimento. O próprio Greimas, revela-nos algumas de suas fontes em *Sobre o sentido I* (1975), tais como Vladimir Propp, Claude Lévi-Strauss, Étienne Souriau, Claude Brémont e Alan Dundes. Dado o objeto particular de cada pesquisa – Lévi-Strauss com o mito e Propp com o folclore, por exemplo –, esses teóricos compartilharam a busca por uma racionalização

da ficção narrativa, por meio de uma postura metodológica pautada na análise da estrutura. Greimas contemplou nesse ponto em comum a possibilidade de uma teoria mais abrangente, que compreendesse toda forma de significação. Em suas palavras:

(...) a nossa própria preocupação era a de estender o mais possível o campo de aplicação da análise narrativa e a de formalizar cada vez mais os modelos parciais estabelecidos ao longo das pesquisas: pareceu-nos, sobretudo, importante insistir na afirmação do caráter sêmio-linguístico das categorias utilizadas na elaboração destes modelos, garantia de sua universalidade e meio de integração das estruturas em uma teoria semiótica generalizada (1975, p. 145).

Percebemos, assim, o crédito dado por Greimas às pesquisas sobre a análise narrativa que lhe serviram de inspiração na elaboração de sua teoria, em especial, no que diz respeito aos modelos analíticos que pretendiam dar à organização narrativa uma forma de gramática, com ênfase nas categorias sêmio linguísticas, isto é, suas formas nucleares. Antes estratificados em diversos domínios, tais como o teatro, o mito e o folclore, os estudos sobre a narrativa foram unificados em uma só visada, a semiótica, que reconheceu a presença de estruturas narrativas em toda manifestação do sentido, independentemente de pertencer ou não ao domínio das línguas naturais.

Não confundamos, pois, as concepções semióticas para narrativa com aquela comumente conhecida, que a descreve como um discurso do tipo figurativo, cujas personagens são incumbidas de realizar ações. Para Greimas, todo o texto está estruturado narrativamente, na medida em que de forma implícita ou explícita, sempre trabalha com transformações. Ao afirmar o componente narrativo como inerente aos textos, Greimas referiu-se ao modo de organização global do discurso, tomado como um todo de significação, ou seja, um ato de linguagem com sentido, e não uma simples concatenação de frases. Ele pensava a significação como algo baseado em diferenças, em oposição entre termos, que, quando apreendidas em um texto, apresentavam-se como transformações de conteúdos situados em lugares diferentes. Isso conduz ao princípio de que o sentido de um discurso é apreensível somente pelas suas transformações. Dessa forma, tornou-se indissociável a busca da significação de um texto do estudo de sua dimensão narrativa (Fontanille, 2012). Barros, nos traz duas concepções complementares de narrativa segundo o ponto de vista semiótico:

narrativa como mudança de estados, operada pelo fazer transformador de um sujeito que age no e sobre o mundo em busca dos valores investidos nos objetos; narrativa como sucessão de estabelecimentos e de rupturas de contratos entre um destinador e um destinatário, de que decorrem a comunicação e os conflitos entre sujeitos e a circulação de objetos. As estruturas narrativas simulam, por conseguinte, tanto a história do homem em busca de valores ou à procura de sentido quanto a dos contratos e dos conflitos que marcam os relacionamentos humanos (2005, p. 20).

A partir do reconhecimento de que todo discurso possui uma dimensão narrativa sobre a qual ele se estrutura, concebeu-se o conceito de narratividade, central para a semiótica em seu momento de consolidação como teoria da significação. Num sentido restrito, narratividade refere-se à uma transformação de estado, e num sentido amplo, à própria organização discursiva imanente, responsável pelo aparecimento e elaboração de qualquer significação, verbal ou não verbal. É nesse sentido que Greimas afirma que “todo discurso é narrativo” (p.28, 2013).

No percurso de concepção dessa teoria da narratividade, formulou-se dois níveis de representação e análise, um nível referente à aparência e outro referente à imanência. No nível imanente, também denominado de semiótico, constitui-se uma espécie de “tronco estrutural comum” da significação, o princípio organizador do discurso, isto é, a própria narratividade. Já no nível aparente, as manifestações adequam-se às exigências das substâncias por meio da qual se expressam. Com essa atitude, distinguiu-se o nível semiótico, imanente, do nível linguístico, aparente. O semiótico é logicamente anterior ao linguístico, mas precisa das unidades deste para realizar-se. A postulação de níveis diferenciados para a compreensão organizacional do discurso corroborou a proposta greimasiana de criar uma teoria geral da significação, na medida em que o reconhecimento de um plano estrutural autônomo, indiferente à manifestação, permitiu que a semiótica desse conta “da articulação e da manifestação do universo semântico como totalidade de sentido de ordem cultural e pessoal” (Greimas, 1975, p. 245).

Da admissão de que o discurso organiza-se em planos distintos, foi que se elaborou o percurso gerativo do sentido, a partir da constatação de que

articulações mínimas de sentido, ao passarem por planos sucessivos de investimento sintático-semântico, tornar-se-iam mais cada vez mais refinadas até se manifestarem como sentido articulado, ou seja, como significação. Essas articulações basilares do sentido, denominadas de estruturas sêmio-narrativas, constituem a instância autônoma responsável pela produção do discurso, portanto, o lugar da narratividade.

Para compreendermos melhor como se deu a concepção do percurso, é preciso que discorramos um pouco mais sobre o trabalho desenvolvido por Propp (2001) a respeito da narrativa, uma das inspirações para o desenvolvimento da semiótica já citado anteriormente. Propp reuniu uma centena de contos de fadas eslavos a fim de revelar suas invariantes narrativas, ou seja, as regularidades subjacentes a esses contos, apesar dos seus modos diversos de manifestação (oral, escrito, gestual, pictórico, etc.) e de cobertura textual (personagens, tramas, ambientação espacial e temporal, etc.). Para tal, ele distinguiu uma *langue* narrativa, composta de estruturas abstratas e invariantes, de uma *parole* narrativa, cujos revestimentos concretos garantiam as especificidades de cada narração. Nesse ponto, percebemos claramente a influência proppiana sobre a teoria semiótica, que também admitiu a produção do sentido em níveis diferenciados.

Uma leitura atenta de Bertrand (2003), permitiu-nos compreender, resumida em quatro teses, a morfologia do conto proposta por Propp. A primeira determina que as funções são as unidades constitutivas dos contos. Essas funções são idênticas em todos os contos, independentemente dos investimentos figurativos que as particularizam, tais como o cenário e as personagens. Elas são delimitadas pelo tipo de ação (transgressão, a fuga, o afastamento, etc.) que as caracterizam. A segunda tese limita as funções ao número de trinta e uma (carência, partida, preparação, realização, reparação, retorno, etc.), contrariamente às ações e personagens que podem ser inumeráveis. Essas ações e personagens, por sua vez, são sustentadas pelas funções. A terceira tese afirma como constante a ordem de sucessão das funções, ou seja, elas se implicam umas às outras e podem ser reagrupadas por pares, como uma estrutura paradigmática, e em sequências, como um bloco sintagmático concatenado. Por fim, a última tese reconhece que, estruturalmente, todos os contos de fada sintetizam-se em um único tipo, ou seja,

eles possuem uma organização imanente comum, uma protoforma composta pelas trinta e uma funções identificadas por Propp. O que os diferencia é a maneira de atualizar essas funções. “Cada conto é então uma variante da protoforma do conto, uma combinatória particular desse modelo” (Bertrand, 2003, p. 272).

Podemos afirmar, à vista disso, que a Semiótica estendeu a última tese proppiana ao nível do discurso, ou seja, admitiu a existência de invariantes discursivas, que se realizam de forma variável. Desvendar essas invariantes, assim como fez Propp em relação ao conto, tornou-se então o principal dever semiótico, já que assim, seria possível comprovar a existência de formas universais de organização narrativa, e, conseqüentemente, compreender os princípios de organização de todos os discursos.

A fim de construir um modelo mais econômico e, conseqüentemente com maior força heurística, Greimas abstraiu ainda mais as categorias identificadas por Propp. Ele reduziu as trinta e uma funções¹ identificadas por Propp para descrever as transformações narrativas a apenas quatro programas narrativos que, em conjunto, constituem o esquema narrativo canônico, uma representação da estruturação narrativa reduzida às suas propriedades essenciais. Esse esquema, segundo Barros (2005), funciona como uma organização de referência por meio do qual se pode examinar as expansões e variações estabelecidas nas comparações entre as narrativas.

O esquema narrativo canônico pode ser apreendido em percursos e programas, ordenados sob a forma de uma sintaxe. O arranjo mais basilar dessa sintaxe efetua-se como um enunciado elementar, que surge da relação transitiva entre dois actantes denominados sujeito e objeto. Esses actantes não surgem de uma referência externa ao texto, que remeta a pessoas e coisas existentes

¹ As 31 funções proppianas são, resumidamente: (1) Afastamento; (2) Proibição; (3) Transgressão; (4) Interrogatório; (5) Informação; (6) Ardil; (7) Cumplicidade; (8) Dano ou carência; (9) Mediação; (10) Início da reação; (11) Partida; (12) Primeira função do doador; (13) Reação; (14) Fornecimento; (15) Deslocamento no espaço; (16) Combate; (17) Marca, estigma; (18) Vitória; (19) Reparação do dano ou carência; (20) Retorno; (21) Perseguição; (22) Salvamento, resgate; (23) Chegada incógnito; (24) Pretensões infundadas; (25) Tarefa difícil; (26) Realização; (27) Reconhecimento; (28) Desmascaramento; (29) Transfiguração; (30) Punição; (31) Casamento. Ressaltamos que essas funções tomam como referência a trajetória do herói do conto. Para maior compreensão de cada função, recomendamos a leitura da obra em que nos embasamos, *A morfologia do conto*. (PROPP, 2001, p. 19-37).

no mundo real, eles emergem da relação que mantém um com o outro. O sujeito só existe quando está em relação com o objeto, e vice-versa. A relação entre os actantes do enunciado elementar pode dar-se de duas formas: juntiva ou transformativa. A primeira descreve a junção entre sujeito e objeto, que pode ocorrer de modo conjunto ($S \cap O$) ou disjunto ($S \cup O$). Dessa junção resulta um enunciado de estado. Já a segunda, descreve uma transformação de estado, ou seja, a passagem de um estado conjunto a um estado disjunto e vice-versa. Essa passagem ocorre graças ao fazer de um metassujeito explicitado sob a forma de enunciado de fazer (F transformação ($S_1 \rightarrow O_1$)). Ordenados hierarquicamente, os enunciados de estado e de fazer fundam um programa narrativo, o sintagma elementar da sintaxe narrativa.

É importante dizer que, para a semiótica, toda narrativa possui uma dimensão polêmica, isto é, uma mesma narrativa pode ser contada sob dois pontos de vista, a do sujeito e a do antissujeito, a do herói e a do vilão. Portanto, um programa narrativo sempre projeta um programa correlato, ou seja, se um sujeito entra em conjunção com um objeto é porque um outro sujeito entrou em disjunção com ele. Essas transformações narrativas possibilitam a circulação dos objetos entre os sujeitos e os colocam em relação.

Uma transformação de estado caracteriza uma narrativa mínima. Mas, os textos, objetos de análise da semiótica, desenvolvem-se geralmente como uma narrativa complexa, repleta de transformações de estado que se organizam hierarquicamente. O esquema narrativo canônico revela essa organização subdividida em quatro fases, ou melhor, quatro programas narrativos: a manipulação, a competência, a performance e a sanção. Esses programas relacionam-se de forma recíproca, aliás, todo o pensamento semiótico está pautado em relações de pressuposição, sejam elas simples (o termo pressuposto é condição necessária para o termo pressuponente, mas não o inverso) ou duplas (os termos são, ao mesmo tempo, pressuponentes e pressupostos).

Segundo Greimas, a lógica narrativa orienta-se da jusante a montante, isto é, a partir de uma performance, que é o fazer realizado, pressupomos os sujeitos, do fazer e de estado, a competência do sujeito do fazer, a competência do destinador que fez o sujeito fazer por meio de uma manipulação, os objetos-valor postos em circulação na narrativa, as possíveis sanções para essa

performance, etc. Dessa forma, o próprio realizado nos informa sobre o percurso traçado para a sua realização, assim o fluxo dos rios nos faz descobrir sua nascente. Isso implica dizer que as fases do esquema narrativo canônico nem sempre aparecem claramente no texto, às vezes, elas podem ser apenas pressupostas.

A sintaxe narrativa, apresentada sob a forma desse esquema canônico, engloba programas e percursos. Um programa narrativo, unidade elementar da sintaxe narrativa, constitui-se por enunciado de fazer que transforma um enunciado de estado. Uma sequência de programas narrativos relacionados de forma pressuposta, por sua vez, integra um percurso. Encadeados hierarquicamente, os percursos compõem o esquema narrativo canônico.

Os percursos do destinador-manipulador, do sujeito e do destinador julgador compreendem os programas narrativos de manipulação, de competência, de performance e de sanção. No programa de manipulação, o destinador-manipulador age sobre o sujeito, o destinatário-manipulado, a fim de levá-lo a querer e/ou dever fazer algo. Há quatro tipos principais de manipulação: a sedução, a tentação, a provocação e a intimidação. Esses tipos podem ser descritos conforme a competência do destinador, recoberta pelas modalidades do saber e do poder, e a performance do destinatário, operada pelo querer e pelo dever. A modalidade do querer recobre a sedução, caracterizada pela atribuição de um juízo de valor positivo à competência do destinatário, e a tentação, em que o destinador propõe uma recompensa ao destinatário. A modalidade do dever, por sua vez, determina a intimidação, na qual o destinador propõe um objeto de valor negativo caso o destinador não realize a performance, e a provocação, caracterizada pela atribuição de juízo de valor negativo à competência do destinatário. Se o destinatário adere a esse jogo manipulatório do destinador, ele torna-se um sujeito competente, apto a realizar uma determinada performance. Delineiam-se, assim, três das quatro etapas do esquema narrativo canônico, que, como já dissemos anteriormente, relacionam-se de forma recíproca e hierárquica.

A última etapa do esquema narrativo compreende a fase da sanção. Nela, a performance realizada pelo destinatário é sancionada pelo destinador, que aqui, denomina-se julgador. Instituem-se dois tipos de sanção, a cognitiva, na

qual há um reconhecimento positivo da performance, e a pragmática, que, de forma contrária, compreende um diagnóstico negativo da performance.

De uma forma geral, sintaxe narrativa organiza-se dessa forma. Vejamos na próxima seção, como os seus elementos podem contribuir com a descrição imanente dos gêneros do discurso.

4.2 A narratividade aplicada aos gêneros do discurso

Após termos discutido a respeito do conceito de narratividade, mostraremos, nesta seção, como esse conceito pode ser aplicado a uma abordagem semiótica dos gêneros do discurso. Em outros termos, como podemos “narrativizar” a natureza interacional, sociocomunicativa dos gêneros. Tomamos como ponto de partida o pensamento greimasiano de que, subjacente à comunicação, a narratividade seria uma espécie de gramática sociosemiótica capaz de descrever o vasto domínio das conotações sociais (GREIMAS, 1974). Essa gramática de natureza abstrata estabeleceria a relação entre contexto social e comunicação linguística e poderia revelar a maneira própria de cada sociedade de interpretar e assumir a cultura em sua dimensão ao mesmo tempo coletiva e individual. É por meio dessa gramática, então, que o semioticista pode traduzir semioticamente as axiologias, as ritualizações, os hábitos, os modos de dizer de uma sociedade, estabilizados em gêneros do discurso. Assim, a narratividade permite à semiótica dar conta do caráter social da comunicação sem recorrer a uma dimensão ontológica, que compromete os modos de existência semióticos que regulam os gêneros como um verdadeiro exercício de práxis enunciativa.

É precisamente sob essa perspectiva que Greimas (1974) assume a forma narrativa como o simulacro das situações sociais. Outras abordagens de estudos sobre os gêneros diriam que aspectos diversos, de ordem extralinguística, entram em jogo na cena intersubjetiva da comunicação, como, por exemplo, o contexto e o propósito comunicativo. No entanto, para um semioticista greimasiano esses aspectos “extralingüísticos”, envolvidos na produção e circulação dos gêneros, somente podem ser flagrados em forma de texto-enunciado. Ora, se seguirmos essa linha de raciocínio, uma definição semiótica de gêneros do discurso não se afasta da definição bakhtiniana de gênero como “enunciados relativamente estáveis”. Como bem lembra Greimas (1974), do ponto de vista semiótico, o discurso comporta não apenas o nível do enunciado, que é particular, mas também, o nível de antigas enunciações que são enunciadas, sua dimensão coletiva.

Sendo assim, podemos conceber os gêneros do discurso como conjuntos significantes que se situam na “dimensão da norma linguística” (COSERIU,1980) e se prestam à análise como formas semióticas culturalmente estabilizadas pelo uso coletivo. Se quisermos flagrar seu caráter comunicativo dinâmico, é prudente não recorrermos a elementos extralingüísticos que não se encontram semiotizados em forma de objetos textuais, mas tomarmos como ponto de partida seu modo de existência semiótico “atualizado”, para explicar seu funcionamento comunicativo, via práxis enunciativa.

Se em seus primeiros textos Greimas afasta o conceito de gênero da análise semiótica, o aprofundamento de seus estudos sobre a narratividade parece afirmar justamente o contrário. Na verdade, supomos que o primeiro posicionamento de Greimas acerca dos gêneros teve como intuito central apontar a impertinência, em semiótica, dos critérios adotados na definição e no tratamento desse conceito, que eram vigentes na época desse parecer preambular. A teoria greimasiana legitimava uma tipologia dos discursos, embasada no reconhecimento de suas propriedades formais específicas, enquanto a teoria dos gêneros organizava-se como uma espécie de taxionomia explícita, de caráter não científico, fundada sobre critérios de natureza socioletal. Daí a aparente incompatibilidade entre a semiótica e a noção de gênero. Contudo, a narratividade pode servir de parâmetro analítico para a descrição dos modos de organização semiótica de todo e qualquer gênero do discurso.

Em *Sobre o sentido II* (2014, p.69), Greimas afirma explicitamente que se o inventário de programas narrativos estivesse estabelecido e se o cálculo dos papéis actanciais possíveis para cada percurso estivesse elaborado, “a distribuição actorial desses papéis poderia ser utilizada como um critério tipológico com vistas à elaboração de uma teoria geral dos gêneros”. Essa afirmação de Greimas delineia, por conseguinte, uma abordagem semiótica para os gêneros do discurso baseada no princípio analítico da narratividade.

Constatamos isso na análise realizada por ele para a receita de cozinha *soupe au pistou* na mesma obra em questão. Embora sua intenção não fosse focar a questão do gênero em si, a organização dos programas narrativos da receita promovida por Greimas, permite-nos concebê-la como uma macroestrutura invariante que pode servir para a descrição de outros gêneros do mesmo tipo ou não.

De um modo geral, a análise greimasiana concentra-se na descrição da estrutura actancial subjacente à receita; uma estrutura que põe os sujeitos destinador e destinatário frente a frente situados em uma dimensão cognitiva, isto é, pautada na transmissão de um saber-fazer. O destinador da receita, ao modalizar seu destinatário, não se preocupa em dotá-lo de um querer-fazer ou de um dever-fazer, o que o interessa é tornar esse destinatário um sujeito competente para realizar a performance fazer a sopa. A adesão tácita desse contrato suscita a passagem do cognitivo ao pragmático, ou seja, da competência à performance, cujo resultado é o fazer culinário, próprio desse gênero. Ora, Greimas afirma que por esse ponto de vista, a receita não se diferencia da lei sobre a interrupção voluntária da gravidez, na medida em que esta, assim como a receita, também constrói um “percurso engenhosamente programado de atos a realizar”, que transmitem o saber-fazer às mulheres desejosas de interromper a gravidez. Isso não significa que a lei incite um querer ou um dever-fazer. Sua função é apenas tornar essas mulheres sujeitos competentes a realizar uma performance específica. Greimas ainda menciona as partituras musicais e as plantas dos arquitetos como exemplos dessa estrutura actancial pautada no saber. Em todos esses casos, o programa narrativo central é o da competência, regulado por uma doação de saber. O percurso narrativo desse sujeito receptor do saber sofre um desvio antes de chegar à performance, sua finalidade. É por isso que Greimas denomina de manifestações desviantes estas que são centradas no saber-fazer, na medida em que ela interrompe o percurso do sujeito antes de ele passar ao ato performativo. Esses discursos pautados na competência dos sujeitos constituem uma classe ampla, a dos “discursos programadores”, que têm por actantes um destinador-programador (instituído também como narrador) e um destinatário-realizador (GREIMAS, 2014).

A análise greimasiana sobre os discursos programadores nos fez pensar em outros gêneros, que assim como a receita de cozinha, estruturam-se sobre a transmissão de um saber-fazer programador. O manual de instrução, a bula de remédio, o tutorial, o edital, entre outros gêneros, também recobrem um procedimento de programação. Independentemente da cobertura temático-figurativa, do propósito comunicativo e do contexto situacional, de cada um desses gêneros, que possuem características próprias, vê-los nesse nível de

abstração nos permite compreender melhor a sua organização narrativa, conhecer o arranjo que sustenta as especificidades de sua expressão e prever, pela práxis enunciativa, por exemplo, seus modos de presença nas mais diversas situações de comunicação.

Fontanille (1999) apresenta uma tipologia que se aproxima daquela proposta por Greimas. O autor toma as modalidades como um critério de definição para o que ele denomina “tipos discursivos”. Assim, os discursos programadores, regidos pela modalidade do saber-fazer, são chamados por ele de discursos de aprendizagem, que, juntamente com os discursos informativos, constituem uma classe maior, a dos discursos de habilitação. A abordagem fontanilliana, portanto, concebe uma classe de discurso mais abrangente que a de Greimas, centrada na modalidade do saber, seja um saber apenas informativo, ou um saber que habilita um fazer.

O mérito dessa abordagem permite ao semiótico se livrar da multiplicação de tipos e subtipos genéricos sem coerência e sistematicidade analítica. Em outras abordagens, que recorrem a um sem número de variáveis extralinguísticas, teríamos dificuldades para agrupar em uma única classe gêneros como a receita de cozinha, o manual de instruções e o *newsletter* empresarial, pois cada gênero teria um propósito comunicativo diferente e seria classificado diferentemente de acordo com o seu suporte e entorno de comunicação.

A descrição fontanilliana, por sua vez, simplifica a descrição e a classificação, na medida em que organizados pela modalidade do saber esses gêneros se subdividem em duas classes apenas, um saber somente informativo, tal como o *newsletter* empresarial, e um saber programador, que habilita um fazer, como é o caso da receita de cozinha, da bula de remédio e do manual de instruções. Seguindo o raciocínio de Greimas (2014), o foco narrativo nesses gêneros não se concentra na performance, nem na manipulação, tampouco na sanção, mas se situa na competência dos sujeitos, isto é, num programa narrativo de doação de um saber. Obviamente, devemos pensar que toda comunicação intersubjetiva é também persuasiva, pois, mesmo que um determinado gênero esteja condicionado a uma das fases do esquema narrativo, as outras fases permanecem de alguma maneira pressupostas. Isso garante que a transferência do saber não ocorra de forma ingênua ou aleatória. Sendo assim,

nos gêneros programadores, essa apropriação do saber pode estar condicionada também à fase de manipulação, em que o destinatário pode se encontrar modalizado por um dever-fazer, no caso da intimidação, mas também por um querer-fazer, caso em que teríamos uma sedução. Nas receitas culinárias, por exemplo, a doação do saber pode ser suscitada por um convite de amigos (um querer-fazer) ou pela necessidade de alimentar a família (um dever-fazer).

Além dos discursos de habilitação, Fontanille propõe os discursos incitativos, cujas modalidades dominantes são o dever ou o querer. Dessa forma, inspirados ainda nessa proposta, podemos agrupar ao lado dos gêneros programadores (de habilitação) analisados acima, os gêneros incitativos regidos segundo a modalidade do dever. Constituem exemplos desse grupo os textos jurídicos em sua maioria, como a intimação, o mandado e a sentença. O programa narrativo desses gêneros consiste em fazer um destinatário realizar uma determinada performance por meio de uma intimidação. De certo, o destinatário modalizado pelo dever-fazer, também está implicitamente modalizado por um saber-fazer e um poder-fazer, na medida em que o destinador-manipulador, quando prescreve o dever, já o considera apto e capaz de realizar a performance exigida, muito embora ele possa não querer fazer, no entanto, isso gera como consequência, uma sanção negativa. No caso da intimação, por exemplo, o dever-fazer é um dever apresentar-se à justiça. A não realização desse fazer, acarreta a privação da liberdade do sujeito descumpridor do dever. A sentença por outro lado configura-se como um gênero essencialmente sancionador, muito embora o analista possa pressupor as outras fases do esquema narrativo canônico. À vista disso, entendemos que os gêneros incitativos não deixam de enforçar a etapa da manipulação, fundada em uma intimidação. É claro que, como bem demonstramos, dependendo do gênero incitativo abordado, os programas da competência, da performance e da sanção podem permanecer implícitos ou não.

A classificação dos gêneros do discurso segundo sua modalidade dominante mostra-se eficaz quando tratamos de tipos genéricos mais estabilizados socialmente, com poucas variações em sua estrutura composicional, temática e “estilística”, tais como os que utilizamos na exemplificação das classes programadora e incitativa. Por outro lado, isso nos

faz pensar se esse mesmo critério seria igualmente eficaz caso os gêneros analisados fossem menos estáveis, como no caso da grande classe dos gêneros midiáticos, que envolvem textos jornalísticos e publicitários. Dada a grande variabilidade e funcionalidade desses gêneros, seria possível descrevê-los narrativamente, de forma sistemática, sem cair em uma multiplicidade de classificações? Acreditamos que sim, desde que o critério de classificação não se limite à tipologia das modalidades² apresentadas por Fontanille, já que na análise desses textos as modalidades podem se imbricar, quando analisadas do ponto de vista de uma narratividade *latu senso*. Por essa razão, supomos que o princípio de funcionamento e classificação desses gêneros ultrapasse uma análise baseada nas modalidades e resida na identificação e distribuição de papéis actanciais e de programas narrativos, assim como nos propôs Greimas.

Tomemos, a título de exemplificação do modo de organização narrativa dos gêneros midiáticos, alguns anúncios publicitários para analisarmos a seguir. O primeiro exemplo é um anúncio do ministério da saúde de combate ao tabagismo:

Figura 1 – Anúncio do ministério da saúde de combate ao fumo

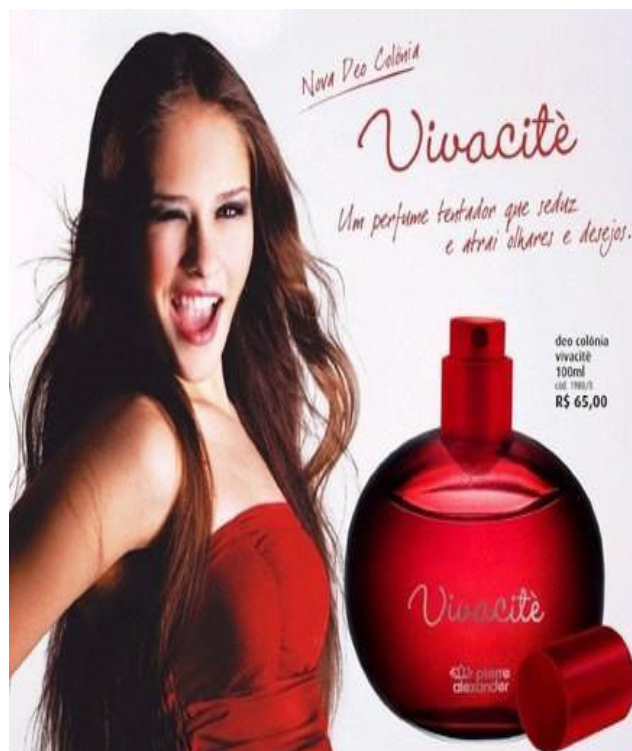


Fonte: Ministério da saúde

Do ponto de vista semiótico, a estrutura narrativa global dos textos publicitários comporta um destinador manipulador que almeja a conjunção de um destinatário manipulado com os objetos de valor ofertados nos anúncios (TORRES; LEITE, 2014). No anúncio em questão, o destinador deseja promover a conjunção entre o destinatário e o objeto valor liberdade. Mas antes esse destinatário precisa realizar uma performance, disjungir-se do objeto vício, com o qual está conjunto. Para que tal performance se efetue, o destinador tenta manipular seu destinatário por meio de um saber-fazer, fornecendo, como exemplo, o fazer de um outro sujeito (*Faça como o personagem acima*). A manipulação, nesse caso, dá-se por meio de uma sedução, pois o destinatário atribui um juízo de valor positivo à competência do destinatário (assim como o sujeito descrito no exemplo, o destinador pode libertar-se do vício do cigarro). Percebemos, assim, que o programa narrativo de base consiste em um programa de doação de saber, assim como acontece com os gêneros programadores.

Como se pode ver, embora a classificação dos gêneros possa “oscilar”, a forma narrativa global, o esquema narrativo, funciona como critério analítico invariante, garantindo a coerência da análise.

Passemos agora a um anúncio de cosmético da marca Pierre Alexander:



Fonte: <http://pierre-alexander.blogspot.com.br/2009/08/nova-colonia-vivacite.html>

Aqui, o destinador manipulador age pela tentação, ou seja, ele propõe ao destinador manipulado um objeto de valor positivo, que, nesse caso, é o tornar-se sedutor, atraente. A conjunção entre o enunciatário e o objeto valor ofertado é condicionada pela performance comprar o perfume. Com vistas à realização desse fazer, o destinador leva o destinatário a um querer-fazer. É interessante constatar que, paralelo a esse programa de aquisição do objeto valor, um outro programa similar aparece pressuposto. A mulher que aparece no anúncio, subtende uma performance já realizada, que resultou em seu estado conjunto com a sedução. Dessa forma, o destinador julgador deixa implícita a sua sanção ao fazer de seu destinatário, que, nesse caso, é uma sanção promotiva de uma recompensa. Se pensássemos segundo a classificação fontanilliana, esse anúncio caracterizaria um discurso do tipo incitativo.

Poderíamos desenvolver inúmeras outras análises, não só de gêneros publicitários, mas de qualquer outro. No entanto, esse não constitui o nosso objetivo. Intentamos, tão somente, demonstrar a pertinência da narratividade na descrição do funcionamento dos gêneros, como uma macroestrutura de análise.

A narratividade torna possível a semiotização dos gêneros, isto é, o seu tratamento imanente, que condiz com a postura semiótica de descrição dos objetos significantes. Com isso, não negamos o caráter social dos gêneros, na medida em que o concebemos dentro dessa gramática sociossemiótica, que diz respeito às covariâncias das estruturas linguísticas e das estruturas sociais, mas, concebemo-los, antes de tudo, como um texto-enunciado, a única realidade (que não é a realidade em si, mas um simulacro metodológico) a qual o semioticista tem acesso.

CONCLUSÃO

Esperamos, ao final deste trabalho, ter delineado uma proposta de abordagem dos gêneros do discurso fundada no conceito de narratividade, entendido dentro do campo da semiótica greimasiana. Entretanto, mais do que uma proposta analítica, esta dissertação nos convida a uma reflexão. Se, de um lado, os estudos sobre gêneros, tomados fora da semiótica, ferem um de seus princípios mais caros, o de imanência (ao convocarem para a análise o contexto de produção real, na comunicação efetiva, entre sujeitos ontológicos, segundo sua dimensão social e seus propósitos comunicativos), do outro, fica uma interrogação: por que diante das várias tentativas de abordagem semiótica dos gêneros do discurso ainda não chegamos a uma descrição sistemática e homogênea desse fenômeno semiótico?

A pergunta não tem resposta fácil, pois contém questões não somente teórico-metodológicas, mas também epistemológicas. Esse debate não nos interessa aqui. Por isso, quando apresentamos as várias contribuições da semiótica para o tratamento dos gêneros, não foi nossa intenção, em nenhum momento, invalidá-las ou subjugá-las, cada qual possui seu nível de pertinência dentro do quadro geral da semiótica discursiva.

Nossa escolha, no entanto, ficou clara: buscamos salvaguardar o princípio semiótico da imanência, que não nega a “realidade extralinguística”, mas que a concebe sempre como a correlação entre expressão e conteúdo, como uma semiótica-objeto, ou seja, como um texto. Daí, a suposição de que um gênero pode ser concebido como uma espécie de protocolo verbal que permanece atualizado pela práxis enunciativa, até ser realizado, em forma de texto-enunciado na comunicação.

Por isso, elegemos, a partir das instruções de Greimas (2014), o conceito de narratividade como núcleo analítico de nossa abordagem. A narratividade, vista como uma categoria analítica de transposição do sentido, permite ao analista traduzir semioticamente as práticas sociocomunicativas sedimentadas e ressignificadas nos gêneros do discurso, sem se comprometer com estruturas do “real”.

A narratividade constitui uma espécie de inteligência sintagmática, isto é, uma competência narrativa pressuposta, que dá conta da produção e da interpretação dos discursos. Por sua ótica, compreendemos que o discurso comporta a sua própria organização, isto é, ele consiste em um todo de significação, um ato de linguagem com sentido (GREIMAS; COURTÉS, 2013).

Por esse motivo, a narratividade nos possibilita, ao mesmo tempo, tratar da organização heterogênea dos gêneros e preservar sua singularidade semiótica.

À vista disso, o conceito de narratividade, mostra-se como o ponto de partida para a análise de qualquer objeto significativo, mesmo que o enfoque analítico consista em descrever a dimensão mais aparente do discurso. Com isso, queremos dizer que mesmo as abordagens mais atuais em semiótica, que aparentemente se afastam da narratividade, também a incorporam de alguma forma, dado que ela está implícita a todo discurso.

Obviamente o enfoque nas estruturas narrativas não esgota a abordagem semiótica dos gêneros. Se incorporássemos os outros níveis do percurso gerativo do sentido, sobretudo o nível discurso com a sua semântica e a sua sintaxe, que descrevem a cobertura temático-figurativa dos textos, bem como as relações entre enunciador e enunciatário, aumentaríamos a nossa rentabilidade analítica. No caso do gênero bula de remédio, por exemplo, poderíamos desvendar os efeitos enunciativos provocados pelas emblemas em que o enunciador simula enunciatário, observável em enunciados do tipo *Como devo tomar o remédio?* Já em anúncios publicitários, poderíamos desvendar configurações isotópicas (figurativas e temáticas) recorrentes em determinadas classes de gêneros. Entretanto, para nós, é a narratividade que constitui o sustentáculo de todo o adensamento semântico evidenciado pelas estruturas discursivas.

Salientamos também a importância das outras propostas lançadas em semiótica que também contribuem para o aprofundamento do estudo semiótico dos gêneros do discurso, tal como o percurso gerativo da expressão e seus níveis de pertinência, proposto por Fontanille e, estudado e divulgado no Brasil por Portela e Shwartzmann (2013), assim como os regimes de interação de Landowski (GOMES, 2009). Essas abordagens não constituíram nosso foco, mas acreditamos em propostas futuras de trabalho que as incorpore a fim de desenvolver outras questões em torno da problemática dos gêneros, como, por

exemplo, o suporte sobre o qual se inscrevem ou os modos de presença do sensível que se manifestam nos gêneros.

Por fim, dada as nossas limitações, esperamos que esta discussão possa trazer à tona uma reflexão sobre a centralidade do conceito de narratividade não somente na análise dos gêneros do discurso, mas em qualquer análise semiótica, bem como sobre o seu “esquecimento”.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Marcelo Silvano Madeira. São Paulo: Ridel, 2007.
- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Trad. de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARTHES, R. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Pag. 103-104
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1997.
- FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.
- _____. Práxis enunciativa. **Coleção Mestrado em Linguística**, v. 5, p.53-73, 2010. Disponível em <<http://publicacoes.unifran.br/index.php/colecaoMestradoEmLinguistica/article/view/329>>. Acesso em: 20 de abril 2013.
- _____. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2006.
- FONTANILLE, J; Zilberberg, C. **Tensão e significação**. Trad. de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.
- FONTANILLE, J. **Semiótica do discurso**. Trad. de Jean Cristtus Portela. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. Sémiotique et littérature. **Essais de méthode**. Paris: PUF, 1999.
- FERREIRA, M. A. V. Estudo de gêneros : uma perspectiva evolutiva. **Diálogo e Interação**, v. 5, 2005. Disponível em : <http://www.faccrei.edu.br/dialogoeinteracao/>. Acesso em 20 Jan 2014.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, R. S. Gêneros do discurso: uma abordagem semiótica. **Alfa – Revista de Linguística**, v. 53, n.2, 2009.
- GREIMAS, A. J. **Maupassant**. A semiótica do texto: exercícios práticos. Trad. de Teresinha O. Michels e Carmen L. C. L. Gerlach. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.

GREIMAS, A. J.; Courtés, J. Dicionário de semiótica. trad. Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto, 2008.

LAKATOS, E. M.; Marconi, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LARA, G. M. P. et al. **Transgredindo os gêneros do discurso**: entre a teoria e a prática. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2010.

LARA, G. M. P. Gêneros do discurso: entre a rotina e o acontecimento. In: CORTINA, A. et al. (Org.). **Semiótica e comunicação**: estudos sobre textos sincréticos. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2014.

LANDOWSKI, E. Da interação, entre comunicação e semiótica. In: PRIMO, A. et al. (Org.). **Comunicação e interações**. Porto Alegre : Sulina, 2008.

MEURER, J.L.; BONINI, A; MOTTA-ROCH, D. **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

PEREIRA, R. A.; RODRIGUES, R. H. Perspectivas atuais sobre os gêneros do discurso no campo da linguística. **Letra Magna**, ano 5, n. 11, 2009. Disponível em: : <http://www.letramagna.com/generoslinguistica.pdf>. . Acesso em 15 jan. 2014.

PORTELA, J. C.; Schwartzmann, M. N. A noção de gênero em semiótica. In: PORTELA, J.C.; Beividas, W.; Lopes, I. C.; Schwartzmann, M. N. (Orgs.). **Semiótica**: identidade e diálogos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 69-95.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J.L. et al. (Orgs.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SILVA, C. A. **As cartas de Chico Xavier**: uma análise semiótica. São Paulo: Cultura acadêmica, 2012.

TEIXEIRA, L. Gêneros orais na escola. **Bakhtiniana**, São Paulo, vol. 7, n.1, Jan/Jun. 2012.

ANEXOS

ANEXO A – PRIMEIRO ANÚNCIO PUBLICITÁRIO (Figura 1)



ANEXO B – SEGUNDO ANÚNCIO PUBLICITÁRIO (Figura 2)

Nova Deo Colônia

Vivacitè

*Um perfume tentador que seduz
e atrai olhares e desejos.*

deo colônia
vivacitè
100ml
Cód. 1980/3
R\$ 65,00

Vivacitè

piere alexander

The advertisement features a woman with long, dark hair, wearing a red strapless top, smiling broadly. To her right is a large, round, red perfume bottle with a matching red cap. The bottle has the brand name 'Vivacitè' and 'piere alexander' printed on it. The background is a plain, light color.

Fonte: <http://pierre-alexander.blogspot.com.br/2009/08/nova-colonia-vivacite.html>